



PSD p.6

Moreira da Silva na apresentação do candidato do PSD à autarquia da Trofa



PSD p.7

Teresa Leal Coelho acusa o líder do PS de colocar em causa a "ordem constitucional"

POVO LIVRE



nº 1775

27 de março de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

Portugal precisa de "melhores fundamentos económicos"



O Primeiro-Ministro no debate quinzenal

Governo p.5

Marco António Costa esteve na XV edição da Feira do Folar em Valpaços

Parlamento p.9

"José Sócrates voltou, António José Seguro censurou"

O Primeiro-Ministro no debate quinzenal

Portugal precisa de “melhores fundamentos económicos”



“Esta estratégia tem custos penosos no curto prazo mas é a única via séria a nível estrutural para tirar o País do estado em que se encontra há 15 anos”, afirmou o Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho no debate quinzenal na Assembleia da República, no qual respondeu a perguntas dos deputados.

Afirmando que Portugal precisa “de ter melhores fundamentos económicos” e «um melhor calendário que se ajuste às expectativas, quer dos portugueses quer dos nossos investidores», o Primeiro-Ministro explicitou a estratégia do Governo:

- 1 - «Cumprir o nosso programa para chegar a Junho de 2014 com o programa fechado para restituir a Portugal a autonomia orçamental»;
- 2 - «Conseguir um pleno acesso a mercado, pelo que temos de manter o nosso caminho e retirar do nosso horizonte necessidades invulgares de financiamento da nossa dívida pública»;
- 3 - «Baixar as taxas de juro da nossa dívida pública, atraindo mais investidores para tomar dívida portuguesa. Ao melhorar o rating de Portugal, melhoramos o rating dos bancos», permitindo-lhes emprestar dinheiro a taxas mais baixas.

A correcção desta estratégia está patente em que «já fizemos duas emissões de dívida a 18 meses e obtivemos, por via das privatizações e do controlo da despesa pública, uma flexibilização das metas para a consolidação orçamental», referiu Pedro Passos Coelho, acrescentando que «o sétimo exame regular [do Programa de Assistência Económica e Financeira] ocorreu com uma avaliação positiva de um País que está a fazer quase o impossível para regularizar a sua situação. Estávamos a dias de entrar em bancarrota quando efectuámos o pedido, estamos hoje longe disso».

Respondendo a perguntas sobre as propostas de aumento do salário mínimo, o Primeiro-Ministro declarou que «o salário mínimo nacional está muito próximo do salário modal, o que significa que o seu aumento acarretaria toda a massa salarial, o que é muito relevante», acrescentando que «a produtividade portuguesa continua abaixo da massa salarial nacional, daí que o aumento do salário mínimo nacional não resolvesse nenhum problema do País. O que o Governo tem dito é que as empresas que tenham margem para tal, aumentem os salários. Mas o Governo não vai determinar por lei o aumento do salário mínimo nacional, pois isso seria o maior presente envenenado que poderíamos dar às

empresas e ao País».

Por isto, «o Governo tem sido persistente, recusando radicalismos, conversando com os sindicatos para manter a coesão social, e sabemos que ainda há riscos externos que nos mantêm vulneráveis. Agora que se começam a notar melhorias internas não vamos vacilar. Aqueles que pensam que o Governo desiste à primeira dificuldade podem-se enganar porque este Governo tem carácter e não se envergonha com os resultados positivos das políticas que tem empreendido».

«A situação que se vive em Portugal merece que aprendamos com os erros do passado. É isso que este Governo pretende fazer. Em 2009, houve a ideia que os problemas económicos se resolviam com estímulos orçamentais. Os resultados foram desastrosos nos países que não tinham margem para os aplicar, e de curto prazo nos países que tinham margem para os aplicar, e isso hoje nota-se na Europa», afirmou igualmente o Primeiro-Ministro.

«A receita não é encher a boca com promessas fáceis, mas aplicar rigor orçamental. No essencial, este Governo tem aplicado um programa que não negociou para tirar o País da crise de forma duradoura. A ideia que chegámos a esta situação em pouco tempo não é correta, as



contas públicas portuguesas começaram a ter problemas em meados dos anos 90», referiu ainda, recordando que «nos últimos 15 anos, a receita pretendeu ser mais ou menos a mesma, salvo quando em 2002 o governo tentou invertê-la».

Aliás, «quando um governo continua a apostar em dívida e em défice, nenhuma economia cresce. Quando é preciso realizar programas de ajustamento, as repercussões são sempre sensíveis», mas «a economia não pode voltar a crescer enquanto não existir uma estratégia de crescimento a que temos realizado».

«Seria muito fácil para o Governo» propor aquilo que a oposição defende, «aplicando a receita do passado. Porém, Portugal não tem autonomia orçamental nem tem autonomia para financiar o Estado. Logo, o melhor que temos a fazer é prosseguir com o programa que temos vindo a aplicar para recuperar a nossa autonomia orçamental. Até hoje, os nossos credores oficiais foram inequívocos: nós cumprimos todos os limites quantitativos acordados e isto devia ser um motivo de satisfação para qualquer português».

PS vai apresentar uma moção de censura sem fundamento, destinada a consumo interno socialista...

Num debate quinzenal marcado pela confirmação do PS de apresentar uma moção de censura ao Governo - que terá o apoio entretanto anunciado do PCP e do BE -, a questão do salário mínimo voltou a ocupar um lugar central.

Passos Coelho disse que uma decisão legislativa aumentando o SMN seria “um presente envenenado” para a economia porque “induziria um aumento de toda a massa salarial”. No entanto, deixou claro que cada empresa tem autonomia para aumentar salários, se quiser: “As que têm margem que o façam, e ainda bem!”

“Separa-nos um mar de demagogia”, diz Passos a Seguro

Noutra altura do Debate, o Primeiro-Ministro considerou hoje que entre si e o secretário-geral do PS há “um mar de demagogia” a separá-los, criticando Seguro por apenas apresentar medidas avulsas que fariam Portugal entrar em incumprimento face aos credores internacionais.

Pedro Passos Coelho respondia a uma primeira intervenção do secretário-geral do PS.

Pedro Passos Coelho começou por negar estar “zangado com os portugueses” e nem sequer mesmo com

o líder dos socialistas, cujo partido irá apresentar uma moção de censura.

A seguir, no entanto, o primeiro-ministro lançou um cerrado ataque à linha política seguida pelo secretário-geral do PS, acusando-o de “não ter uma estratégia, apenas medidas avulsas” e lançando-lhe um desafio.

“Como é que as propostas que faz de elevar nomeadamente as pensões podem ser financiadas, onde vai buscar o dinheiro e quanto custam essas propostas? Faça isso e depois nós conversamos. Entre nós há um mar de demagogia a separar-nos”, disse, recebendo uma prolongada salva de palmas da bancada do PSD.

No debate com Seguro, Pedro Passos Coelho afirmou também que o PS está a censurar o Governo por se estarem a cumprir os compromissos externos de Portugal.

“Como tem coragem de dizer que este Governo não tem credibilidade e não tem autoridade. Credibilidade e autoridade não tem o senhor deputado [António José Seguro] para fazer essas acusações”, devolveu o líder do executivo.

De acordo com o primeiro-ministro, a suposta alternativa apresentada pelo PS “não tem substância”.

“O senhor deputado pode apresentar muitas moções de censura, tantas quanto o Regimento da Assembleia da República permitir, mas isso não o qualifica para dirigir uma alternativa no País, apenas o responsabiliza por colocar Portugal, aos olhos externos, de ser um país que tem um Governo que quer cumprir; e uma oposição que deixa no ar somente uma ameaça

Já no final do debate, respondendo a Catarina Martins, do BE, Passos Coelho garantia que “o Governo não tem um modelo de salários baixos e de desemprego para o País”:

“Deixe-me tranquilizá-la, sou uma pessoa normal e nenhum, Primeiro-Ministro, conscientemente deseja o mal do País”

O programa de rescisões amigáveis - “que não são despedimentos”, garantiu o PM - ocupou também uma fatia larga do debate. Passos Coelho recusou explicitamente dizer quantos funcionários serão abrangidos e qual a despesa que se pretende cortar na função pública.

Catarina Martins, ½ coordenadora do BE, desafiou Passos: “Ofereça a si próprio a oportunidade que quer oferecer aos funcionários públicos. Rescinda! Demita-se, não tenha medo”. Passos, pelo seu lado, respondeu imediatamente; “Eu não sou funcionário público...E “são os cidadãos - e mais ninguém - que avaliam politicamente os governos, no seu tempo e lugar próprio, que são as eleições”.

Insistentemente, o primeiro-ministro defendeu a ideia de que “não há alternativa” viável ao programa

de ajustamento que o Governo está a aplicar.

Contrariando, na aparência, o que o seu partido já havia dito sobre os erros do memorando original negociado em Abril de 2011 pelo Governo de José Sócrates, Passos Coelho disse: “Não creio que haja nenhum problema no desenho do programa.”

Contudo, segundo acrescentou, “nas metas havia uma base de partida que não estava ajustada”. “A nossa base de partida para o défice de 2011 não era correta. Deveria ser 5,9%, conforme o Orçamento e as previsões do Governo PS de Sócrates. Mas vimo-nos obrigados, de surpresa a ter de tomar medidas extraordinárias para que o défice fosse de 8,2%. Houve um problema de calibração nas metas que estavam estabelecidas de início. E o défice estrutural caiu seis pontos em dois anos”. Passos assumiu ainda uma outra discordância com o programa original: “Não havia um pacote específico para a reestruturação do Sector Empresarial do Estado.”

No seu entender afirmou, há uma realidade que tem de ser reconhecida: “O País não tem pior serviço social” e o programa de ajustamento tem sido aplicado “sem afectar a saúde, a educação, o apoio aos desempregados”, tendo até sido possível “desbloquear as pensões mínimas”. “Eu sei qual é a realidade de Portugal e sei o que é preciso alterar”, afirmou.

No debate, o CDS-PP - que concluída a 7ª avaliação, fez algumas críticas as políticas que a troika defende para Portugal - chamou a atenção do Primeiro-Ministro para “dois problemas sérios: o crescimento e o desemprego”.

Nuno Magalhães pediu ainda a Passos Coelho que esclarecesse a estratégia do Governo face à negociação, dentro de duas semanas, de “novas maturidades” para os empréstimos que Portugal recebeu da troika.

Na fase inicial, o debate foi marcado pelo anúncio, por António José Seguro, da moção de censura que o PS tenciona apresentar ao Governo. “O seu tempo chegou ao fim. O seu governo e a sua política estão esgotados”, disse Seguro ao Primeiro-Ministro.

Passos respondeu ao líder do PS afirmando que a alternativa que este apresenta “não tem substância”.

“Se o Partido Socialista estivesse no Governo, o País não cumpriria as suas responsabilidades”, assegurou.

O Primeiro-Ministro também assegurou hoje que o Governo não fará qualquer alteração de fundo estruturais, que coloquem o País na situação da Grécia ou de Chipre.

“Nós não faremos qualquer alteração de fundo estrutural que nos coloque na situação da Grécia ou na situação de Chipre, nunca por vontade deste Governo Portugal acabará como Chipre ou como a Grécia. Não somos os únicos que temos responsabilidades nessas decisões, mas podem contar sempre com o Governo para evitar que Portugal, algum dia, possa conhecer situações semelhantes”, afirmou o primeiro-ministro durante o debate quinzenal na Assembleia da República.

Uma resposta a Heloísa Apolónia

Antes, Passos Coelho, que falava em resposta à intervenção da deputada do Partido Ecologista Os Verdes Heloísa Apolónia, reafirmou a intenção do Governo em avançar com um programa de rescisões amigáveis, garantindo que o mesmo “não tem um objectivo puramente financeiro”, visando também a requalificação da administração pública.

Recusando de forma veemente que se trate de um programa de despedimentos, o primeiro-ministro reconheceu que terá de ser um “programa suficientemente atractivo”, caso contrário falhará, embora o Governo ainda não tenha definido quais as metas que pretende alcançar.

Ainda a propósito das rescisões amigáveis na função pública, e depois da deputada do BE Catarina Martins ter sugerido de forma irónica que aderisse ao programa, Passos Coelho recordou que não é funcionário público.

“Não sou funcionário público e, portanto, não posso entrar no programa de rescisões”, afirmou Passos Coelho.

Antes, e no habitual tom de voz estridente, a deputada do partido ecologista Os Verdes tinha também confrontado o chefe do executivo com declarações em afirmava que nem todas as decisões do Governo foram eventualmente adequadas e, questionado por Passos Coelho a que medidas se referia, disse: “Terá sido o aumento do IVA na restauração, o aumento do IVA para a



electricidade, para o gás natural, terá sido eventualmente o confisco das pensões de reforma”, interrogou.

“Não há nenhum Governo que decida tudo certo”, respondeu Passos Coelho, sublinhando que os exemplos dados por Heloísa Apolónia “respeitam plenamente consequências de medidas sobre as quais há compromisso absoluto por parte das autoridades portuguesas em cumprimento”.

Por isso, acrescentou, não se pode considerar que seja um erro cumprir as obrigações externas a que o País se comprometeu.

O Primeiro-Ministro garantiu ainda que o Governo não tem um modelo de salários baixos e de desemprego para o País, mas lembrou que não basta decretar o nível salarial para o País o poder suportar.

“O Governo não tem um modelo de salários baixos e de desemprego para o país”, afirmou Pedro Passos Coelho, em resposta à intervenção do BE no debate quinzenal com o primeiro-ministro na Assembleia da República.

Sublinhando que gostaria muito que em Portugal o salário mínimo tivesse um nível mais aproximado de outras economias do euro e que Portugal tivesse uma economia mais madura, mais avançada, mais aberta, mais competitiva, com salários médios mais elevados e com poder de compra maior – como o deseja qualquer pessoa normal”.

“Desconfio mesmo que não haja ninguém que o não deseje, embora possa existir alguém mais enviesado que defenda uma realidade económica pior, mais miserável, mas não é muito normal”, acrescentou.

Contudo, continuou, apesar de defender para Portugal melhores salários, melhores remunerações, também defende maior produtividade e mais competitividade “para que o país não viva com a ilusão” de que “basta decretar o nível salarial, para que o país o possa suportar”.

Antes, a coordenadora do BE Catarina Martins acusou o primeiro-ministro de desdizer as suas próprias afirmações em relação ao aumento do salário mínimo nacional, recusando agora debater a questão na concertação social.

O líder parlamentar social-democrata denuncia a moção de censura, como “mais uma manobra....”

O líder parlamentar social-democrata anunciou o voto contra «com toda a convicção» do PSD e defendeu, no debate quinzenal desta sexta-feira na

Assembleia da República, que a moção de censura do PS «não é patriótica nem consequente», visa apenas a instabilidade política.

«Qual foi a pressa? José Sócrates voltou, António José Seguro censurou. Esta moção de censura do PS não é uma moção de censura patriótica nem é uma moção consequente, é um acto de pura irresponsabilidade política e um acto de mera afirmação pessoal», acusou.

Luís Montenegro afirmou também que António José Seguro «marcou um golo na própria baliza».

O líder parlamentar do PSD referia-se à contratação do ex-primeiro-ministro socialista José Sócrates para comentador político na RTP, noticiada na quinta-feira, e à proposta de apresentação de uma moção de censura ao Governo feita por António José à Comissão Política do PS, na quinta-feira à noite, e aprovada por unanimidade.

O líder parlamentar do PSD dedicou parte da sua intervenção a criticar a anterior governação de José Sócrates, descrevendo-a como despesista, destacando o aumento eleitoralista, dos salários na função pública em contra corrente com a situação já quase desesperada das finanças públicas; e do défice no ano de 2009, em que se realizaram eleições legislativas, que os socialistas venceram sem maioria absoluta.

Antes, Luís Montenegro questionou a decisão do actual secretário-geral do PS de apresentar uma moção de censura ao Governo, observando que, ao início da tarde de quinta-feira, António José Seguro dizia que queria ouvir os dirigentes do PS e que este não era tempo para precipitações.

O líder parlamentar do PSD sustentou que Seguro agiu de forma irresponsável, num acto de “mera táctica” e de “mera afirmação pessoal”, que coloca o PS “no campeonato da esquerda mais radical” e provoca instabilidade política.

“Em Portugal, este é, de facto, um tempo para dizermos basta: basta de tanta demagogia, basta de tanto tacticismo partidário, basta de políticos que não são capazes de pôr o País à frente dos seus projectos pessoais, basta de irrealismo, basta de brincar com Portugal e com os portugueses”, acrescentou.

A moção de censura dos socialistas terá “uma absoluta rejeição” da parte da bancada social-democrata, concluiu.

Os comunistas apoiam a moção de censura e o CDS-PP considera-a “uma precipitação do ponto de vista do interesse nacional”

O secretário-geral comunista Jerónimo de Sousa, na sua intervenção, anunciou hoje o apoio à anunciada moção de censura socialista ao Governo, reiterando a necessidade de demissão do executivo PSD/CDS-PP.

“Há uma alternativa a este rumo de desastre e a primeira necessidade, mas não a última, é a demissão deste Governo. É tempo de este Governo apressar o seu fim”, afirmou o líder do PCP, acrescentando que “a moção de censura do PS terá o apoio do PCP”.

O secretário-geral do PS, António José Seguro, viu na quinta-feira a comissão política socialista aprovar por unanimidade a sua proposta de apresentar uma moção de censura ao Governo liderado pelo social-democrata Passos Coelho.

Quinta-feira, os socialistas tinham anunciado o voto contra a uma resolução apresentada pelos comunistas no sentido de exigir a demissão do elenco governativo e a convocação de eleições legislativas antecipadas.

O líder parlamentar do CDS-PP, Nuno Magalhães, considerou hoje que a moção de censura anunciada pelo PS ao Governo é “uma precipitação do ponto de vista do interesse nacional”.

Nuno Magalhães contextualizou o momento em que o PS anunciou a intenção de apresentar uma moção de censura ao Governo, lembrando que dentro de duas ou três semanas Portugal irá “negociar os termos e o modo” como irá reembolsar os credores do dinheiro emprestado em 2009 e 2010 para pagar em 2014, 2015 e 2016.

“O facto de o maior partido da oposição apresentar uma moção de censura, sendo um direito parlamentar, constitui a nosso ver uma precipitação do ponto de vista do interesse nacional”, declarou Nuno Magalhães, intervindo no debate quinzenal com o primeiro-ministro.

O líder parlamentar do CDS-PP salientou que se a moção de censura fosse aprovada no Parlamento, Portugal teria que enfrentar “esta difícil negociação sem Governo e mergulhado numa crise política”.

Nuno Magalhães considerou que o anúncio da apresentação de uma moção de censura é uma “jogada mais ou menos tacticista, mais virada para o interior do Partido e menos política” do maior partido da oposição – e que não tem real significado.

Marco António Costa na XV edição da Feira do Folar em Valpaços



O secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, Marco António Costa, a convite da Câmara Municipal de Valpaços, participou na sessão de abertura da XV edição da Feira do Folar.

A Feira do Folar de Valpaços é considerada um dos certames mais importantes realizados no interior do país, que durante três dias colocou à disposição do visitante mais exigente muita animação, mostra de produtos tradicionais e actividades socioculturais.

Inauguração da Loja Social Rebordosa



Marco António Costa inaugurou no sábado, dia 23, a Loja Social de Rebordosa. Esta é já a segunda loja social a abrir no concelho de Paredes em pouco mais de um ano. O primeiro espaço, localizado junto ao Tribunal de Paredes e inaugurado em Janeiro de 2012, presta actualmente apoio continuado a "298 agregados familiares", metade dos quais residentes em Rebordosa.

Para breve, está prevista a abertura de uma terceira loja social na zona sul do concelho, mais concretamente na Sobreira. Esta é uma das 19 medidas extraordinárias do Programa "Paredes Ajuda +", lançado pelo Município com o objectivo de minimizar os efeitos da crise junto da população mais carenciada. Apresentado em Dezembro de 2009, o programa representa um esforço financeiro superior a 1,8 milhões de euros.

Moreira da Silva na apresentação do candidato do PSD à autarquia da Trofa



estes dois anos”.

O vice-presidente do PSD argumentou que o país encontra-se “numa fase de transição e aproxima-se a fase do crescimento sustentável e das reformas que vão para lá de Junho de 2014 e que devem ser desenhadas já”.

Mas, para Moreira da Silva, “as cigarras parecem estar de volta para tirar partido do trabalho das formigas que tratam de resgatar Portugal de uma situação de bancarrota e de encontrar um horizonte de esperança”.

O dirigente disse que o PSD não faz política a “olhar para trás”, tendo, porém, acrescentado que, “há dois anos, Portugal encontrava-se numa situação de pré-falência”.

Moreira da Silva disse que o Governo conseguiu mais tempo para cumprir o défice e para pagar a sua dívida, importando agora, frisou, “perceber se todos estão à altura destas responsabilidades e não deixou de ser sintomático registar a reacção do PS a este tempo”.

O dirigente disse que “o PS não tem estado à altura das suas responsabilidades”, que rompeu com o “memorando de entendimento que desenhou”.

“Parece não haver limites para a desfaçatez”, avaliou.

“O PS anuncia uma moção de censura contra a ‘troika’ e contra o Governo, mas de forma muito diligente escreve uma cartinha aos embaixadores das União Europeia e dos Estados Unidos e à ‘troika’ dizendo ‘isto



No passado dia 23, o primeiro vice-presidente e coordenador da CPN do PSD, Jorge Moreira da Silva, disse em Trofa, na cerimónia da apresentação do candidato da coligação PSD-CDS, que os resultados obtidos pelo Governo mostram que, para Portugal, “o mais difícil passou, como nos tem dito o primeiro-ministro”.

O dirigente falava na sessão de apresentação do candidato da coligação PSD-CDS/PP à Câmara local, Sérgio Humberto, um professor do ensino secundário de 37 anos.

A capacidade para reduzirmos a despesa pública, como tem sido realizado, é a maior garantia que temos de que o mais depressa possível poderemos regressar a níveis de fiscalidade que estejam em linha com aquilo que a economia e justiça social deve admitir”,

exemplificou o dirigente social-democrata.

Moreira da Silva afirmou ainda que “Portugal conseguiu equilibrar as suas contas externas e isso é algo que não acontecia desde o pós-guerra, isto apesar dos grandes sacrifícios que foram solicitados aos portugueses”.

“Estes resultados permitem demonstrar que esta jornada, sendo difícil, tem valido a pena e que está mais próxima do fim do que do seu início. O mais difícil passou, como nos tem dito o primeiro-ministro”, completou.

Entre muitas críticas ao PS, que responsabilizou pela crise que o país vive, Moreira da Silva defendeu que o país não pode “deitar pela janela os resultados” alcançados com os “sacrifícios dos portugueses durante

é contra a ‘troika’, mas se nós viermos para o Governo não vamos alterar o memorando de entendimento”, continuou Moreira da Silva.

O vice-presidente social-democrata prosseguiu referindo que “o PS anuncia uma moção de censura contra o Governo e de repente precisa de tempo para escrever a moção de censura”.

“Espero que a forma como os cidadãos estão a reagir, com perplexidade, a este exercício ziguezagueante leve o líder do PS a respirar fundo e a pensar de que forma pode voltar a estar à altura das suas responsabilidades “... , o que não conseguiram ainda...” completou.

- Gab. Imp. PSD

Norberto Pires é o “homem certo” para Condeixa-a-Nova

A apresentação do candidato do PSD à Câmara da Condeixa-a-Nova realizou-se no dia 24, com a presença do Vice-Presidente, Marco António Costa que afirmou ser Norberto Pires o “homem certo no momento certo”

Candidatura à Câmara de Mira

O advogado Raul Almeida, de 41 anos, foi apresentado como candidato do PSD à Câmara Municipal de Mira, defende uma mudança de geração à frente da autarquia e aposta numa estratégia de investimento no concelho.

Raul Almeida, que preside à concelhia local social-democrata, assume que Mira “precisa de rostos novos e pessoas novas” a liderar o concelho, cuja autarquia o PSD geriu entre 2002 e 2005, ano em que voltou a perder a Câmara para o PS.

“Mira tem perdido oportunidades, podia ter-se apostado em captar investimento e nada se fez”, disse o candidato à agência Lusa.

Para Raul Almeida, o executivo socialista tem optado por uma estratégia “de navegação à vista, sem um pensamento de médio e longo prazo”.

De acordo com o candidato do PSD, quando Mário Maduro liderou a autarquia, entre 2002 e 2005, “chegou a criar uma incubadora de empresas” com ligação à universidade de Aveiro, “que não foi continuada” pelos dois executivos PS subsequentes.

Raul Almeida destacou ainda a situação geográfica de Mira, entre os portos de Aveiro e Figueira da Foz e junto à auto-estrada A17 para instalação de zonas e polos industriais “para captação de investimento”.

Ouvido pela Lusa, Marcelo Nuno, presidente da distrital de Coimbra do PSD, considerou o candidato como “uma pessoa da terra, que conhece bem Mira e os mirenses”.

“É um jovem dinâmico, com rasgo, coragem, que quer fazer coisas diferentes. É a pessoa certa para o lugar certo”, afirmou Moreira da Silva.



Teresa Leal Coelho acusa o líder do PS de colocar em causa a “ordem constitucional”

O PSD acusou no dia 22, o secretário-geral do PS de colocar a ordem constitucional em causa com o “anúncio não consumado” de uma moção de censura e questionou se Seguro estará à espera da decisão do Tribunal Constitucional.

Numa declaração à agência Lusa, a vice-presidente do PSD, Teresa Leal Coelho reagiu ao facto de António José Seguro ter afirmado que a moção de censura do PS ao Governo iria ser apresentada na semana que entra.

Teresa Leal Coelho acusou o secretário-geral do PS de estar a “pôr em causa os mais elementares valores e princípios constitucionais” e questionou: “Estará António José Seguro a pretender, com o anúncio não consumado da apresentação de uma moção de censura, condicionar o Tribunal Constitucional na sua deliberação relativa ao Orçamento do Estado?”.

“Ou estará condicionado pelo acórdão [do Tribunal Constitucional], para o usar como sustentação de uma moção de censura que não é oportuna hoje, porque o próprio alega que precisa de semanas para preparar a sua fundamentação?”, interrogou.

Teresa Leal Coelho, que é também vice-presidente da bancada do PSD, defendeu que “uma moção de censura não se anuncia, apresenta-se” e perguntou se Seguro “está a pretender dar respostas internas no PS ou a representar os portugueses que o elegeram deputado?”

“O país precisa de uma oposição consciente, responsável e séria. O país não pode ser um laboratório de avanços e recuos de atores políticos que gerem o dia-a-dia com o objectivo de manutenção do seu poder interno no partido. Basta de brincar com Portugal”, declarou a social-democrata.

A apresentação de uma moção de censura ao Governo PSD/CDS-PP foi proposta por António José Seguro à Comissão Política do PS na quinta-feira à noite, tendo sido aprovada por unanimidade.

No dia 23, à tarde, em Coimbra, sem adiantar a data de entrega da moção de censura do PS, António José Seguro afirmou que isso será feito “nas próximas semanas, com certeza”, e negou estar à espera da decisão do Tribunal Constitucional sobre normas do Orçamento do Estado. – Fonte: Lusa



PS deve começar a governar depressa



O presidente do PSD/Açores assegurou existir da parte do Partido “total disponibilidade para dialogar e ajudar a encontrar soluções para os problemas da região”. Numa declaração de voto, no final da votação do Plano e Orçamento para o corrente ano, na Assembleia Legislativa, Duarte Freitas, recordou que os Açores se “encontram em situação de emergência social sendo o número de desempregados quase equivalente à população conjunta das ilhas de Santa Maria, Graciosa, S. Jorge, Flores e Corvo” pelo que constitui “um dever de todos os partidos políticos ajudar a encontrar soluções”.

“Reiteramos total disponibilidade para dialogar, propor e ajudar os açorianos a ultrapassar o mais depressa possível a situação dramática em que muitos se encontram”, disse Duarte negando no entanto que a posição do PSD/Açores represente qualquer reconhecimento da alegada boa governação do PS.

De facto, Duarte Freitas lamentou a esse propósito, a postura do Partido Socialista e do governo regional durante os debates do Orçamento.

Duarte Freitas exemplificou com o anúncio pelo Presidente do Governo da criação de um ‘call center’ para a saúde já prometido pelo presidente do governo velho socialista, Carlos César, em 2008”.

O presidente do PSD/Açores lamentou ainda que o Presidente do Governo diga agora não ter tido nada a ver com a governação dos últimos 16 anos quando, por exemplo, “anda a pedir aos partidos da oposição ajuda para pagar a dívida do Governo velho na área da Saúde”.

“É hora de executar o orçamento, é hora de o Governo começar a governar e, se possível, melhor que o Governo velho, porque há muitos açorianos lá fora à nossa espera”, disse.

PSD/Açores “apreensivo” com falta de sustentabilidade futura da região

O PSD/Açores demonstrou uma “grande apreensão” pela evolução dos principais indicadores económicos e sociais da Região, que demonstram “falta de perspectivas para uma sustentabilidade futura”, existindo “problemas graves no curto prazo, decorrentes de razões conjunturais, mas também um problema estrutural de desenvolvimento, que urge enfrentar e resolver através de opções e políticas adequadas”, declarou a deputada Berta Cabral.

Numa intervenção durante a discussão do Plano e Orçamento para 2013, a social-democrata lembrou que os Açores “receberam mais de 5 mil euros ‘per capita’, entre 2000 e 2006, e cerca de 6 mil euros desde 2007, enquanto outras regiões europeias receberam em média 1500 euros. Mas em 16 anos de governação socialista não lançaram as bases de uma Região com futuro, com uma economia sustentável e competitiva capaz de gerar emprego, criar riqueza e de proporcionar oportunidades aos seus jovens e em todas as ilhas”, afirmou.

Berta Cabral lembrou que o governo agora em funções, e que apresenta os documentos provisionais em apreciação, “tem 4 meses de vida, mas tem um histórico e uma responsabilidade política de 16 anos. Não pode pois, cruzar os braços, desculpar-se permanentemente com tudo e com todos e de forma particular com o Governo da República”. Segundo disse “é preciso agir, passar das palavras aos actos, mostrar que vale a pena ter Autonomia e órgãos de governo próprio”, defendeu.

A social-democrata avançou que “estamos no século XXI, as receitas estão todas encontradas e testadas”, e assim “o que faz a diferença é saber adapta-las à nossa realidade e agir atempadamente, com visão estratégica”, referiu, frisando que “não se pode continuar a deixar passar o tempo como se o tempo fosse solução para alguma coisa”.

A título de exemplo, a deputada referiu “uma proposta do PSD/Açores, formulada há mais de um ano, para criação de um Fundo de reestruturação de Empresas, chumbada nesta Assembleia com os votos do PS, e agora recuperada pelo governo do PS, como se de uma novidade se tratasse. Antes tarde do que nunca”, sublinhou.



“José Sócrates voltou, António José Seguro censurou”

Luís Montenegro acusou o líder do PS de não estar a pensar nos portugueses e de praticar um “acto de pura irresponsabilidade política e de mera afirmação pessoal”. Luís Montenegro recordou que “ao início da tarde de quinta-feira, o secretário-geral do PS dizia que queria ouvir os dirigentes do PS, queria ter tempo, porque o tempo não é para precipitações. À noite, logo no início de uma reunião, anunciou que ia apresentar uma moção de censura. Qual foi a pressa? José Sócrates voltou, António José Seguro censurou”.

No início do debate quinzenal com o Primeiro-Ministro, o líder parlamentar do PSD enfatizou que “esta moção de censura do PS não é patriótica, nem é consequente. É um ato de pura irresponsabilidade política e de mera afirmação pessoal”. “Esta moção de censura não é patriótica porque visa juntar à grave situação em que o PS deixou o País, a instabilidade política. E esta moção de censura não é consequente porque não trás soluções, não trás alternativas políticas viáveis para o País”. Face a este cenário, o social-democrata acusou os socialistas de entrarem no “campeonato da esquerda mais radical”. No que respeita ao País, acrescenta, o parlamentar entende que ele não quer nem precisa de mais instabilidade. “Já chega ao País, às pessoas, às famílias, às empresas, o esforço e o sofrimento que estamos a viver para recuperar da situação em que o PS deixou Portugal. O País, a maioria dos portugueses, não quer nem precisa de jogadas de mera tática política”.

Perante estas considerações, Luís Montenegro declarou que esta moção de censura terá, inequivocamente, desta maioria, uma absoluta rejeição. “Nós rejeitamos a instabilidade política, rejeitamos a irresponsabilidade e o egoísmo do PS. Portugal chegou à sétima avaliação da ‘troika’ depois de reduzir, em 13 mil milhões de euros, a despesa pública. Depois de diminuir o défice estrutural em 6 por cento. Depois de equilibrar a balança comercial e o défice externo. Depois de conseguir uma subida consistente das exportações. Depois de uma trajetória sólida de descida das taxas de juros. Depois de uma primeira bem-sucedida ida aos mercados. E depois de começar a implementar várias reformas estruturais”.

Dirigindo-se a Passos Coelho, o líder do grupo parlamentar perguntou se caso tivéssemos seguido a receita do PS, se era possível evitar um segundo resgate. “Onde estávamos hoje se tivéssemos optado pela receita do PS? Onde estávamos se tivéssemos optado por continuar a aumentar exponencialmente a dívida? Onde estávamos se tivéssemos continuado, como fizeram José Sócrates e António José Seguro, em 2009, a falhar tremendamente o objectivo do défice? Imaginemos que em 2011 e 2012 tinha acontecido o que aconteceu em 2009 e 2010. Em vez do rigor e da austeridade tínhamos feito como o PS fez. O défice foi de 5 vezes mais. O seu objectivo inicial para 2012 era atingir uma meta de 4,5 por cento. Se a nossa margem de erro fosse de cinco vezes mais, como foi no tempo do PS, o défice de 2012 seria de 22 por cento. Quantos resgates eram precisos para recuperar este défice, quantos anos de ‘troika’ eram precisos, quantos salários tinham de ser cortados, quantos milhões de desempregados teríamos”, questionou o social-democrata.

Confrontando o PS com a sua responsabilidade, Luís Montenegro declarou que “esta moção de censura do PS vem vários anos atrasada. Esta moção tinha sido útil em 2009 e 2010. Agora está, claramente, fora de validade. Esta moção de censura não é apresentada a pensar nas pessoas, ela não resolve o grave problema que temos de desemprego. Esta moção não é construtiva, não é patriótica, não ajuda Portugal. Por isso, vamos chumbá-la com toda a convicção.”

Com a mesma clareza com que afirmou chumbar esta moção, o líder da bancada do PSD frisou que em Portugal é tempo de dizermos basta. “Basta de tanta demagogia. Basta de tanto tacticismo partidário. Basta de políticos que não são capazes de pôr o País à frente dos seus projectos pessoais. Basta de irrealismo. Basta de brincar com Portugal e com os portugueses”.

Luís Montenegro referiu, ainda, que não há governo nenhum, Primeiro-Ministro nenhum que não gostasse de aumentar o salário mínimo nacional. Contudo, acrescenta, a questão não é saber se o Governo, o Primeiro-Ministro ou esta maioria querem aumentar o salário, a questão é saber se podem e se devem fazê-lo nas circunstâncias em que nos encontramos.



Braga tem condições para ser uma referência mundial a nível tecnológico



No seguimento de um ciclo de contactos com diversos agentes económicos do concelho, que têm como principal objetivo promover um clima de diálogo e proximidade com os mesmos, Ricardo Rio visitou a Edigma, uma empresa tecnológica que se dedica ao desenvolvimento de soluções e projectos interactivos baseados em multitoque e reconhecimento gestual. Durante esta visita, o líder do “Juntos Por Braga” foi acompanhado por Miguel Fonseca e Miguel Oliveira, administradores da empresa.

De acordo com Ricardo Rio, a Edigma é um excelente exemplo de uma empresa inovadora e que está na vanguarda do desenvolvimento tecnológico de Braga. “Este é um sector no qual tem de fazer uma aposta consistente e estrutural, promovendo uma ligação mais estreita entre a Universidade do Minho, os agentes empresariais e o próprio INL”, afirmou, salientando que é fundamental que exista também um reforço do espírito de colaboração entre as várias empresas do sector e entre as próprias empresas e a autarquia, para que a marca Braga se possa afirmar no ainda mais no exterior.

“Esta área tecnológica tem condições para ser um fator de diferenciação competitiva do nosso concelho e de promoção de um novo paradigma de desenvolvimento no exterior. Se formos capazes de captar novos investimentos, vamos também conseguir criar novas empresas e consequentemente mais postos de trabalho e diminuir o desemprego, que é uma das grandes prioridades que temos para o futuro do nosso concelho”, enfatizou o candidato à Presidência da Câmara de Braga.

Também Miguel Fonseca partilhou da opinião de Ricardo Rio, considerando mesmo que Braga pode ser uma “referência mundial” em termos tecnológicos: “Braga tem a possibilidade de ser considerada cada vez mais uma cidade tecnológica, e cabe a nós e à autarquia a responsabilidade de transformar Braga nesse sentido”.

Para o administrador da Edigma, Braga tem um potencial enorme que não está a ser minimamente aproveitado. “Temos um potencial que é real, que já existe, e que precisa apenas de ser explorado. Existem imensas empresas tecnológicas em Braga, que são cada vez melhores. Há que criar um ecossistema à volta deste sector”, sublinhou, garantindo que a criação de um parque tecnológico na cidade seria a melhor solução: “Dessa forma, seriam mais fáceis as relações entre as diversas empresas e daí resultariam mais sinergias e negócios. E mais negócios é sinónimo de mais emprego, mais ‘know-how’ e mais riqueza para a comunidade local”.

Segundo Miguel Fonseca, é necessário que se perceba rapidamente que a cidade só pode ser uma referência a nível mundial se existir esse espírito de cooperação. “Sozinhos, valemos pouco. Mas todos juntos, certamente que podemos estabelecer um ambiente propício para nos desenvolvermos e puxarmos uns pelos outros. É aí que a Câmara Municipal tem de assumir um papel de facilitador, criando as condições para que as empresas possam trabalhar em conjunto”, disse.

Sucesso alcançado com pessoas da Universidade do Minho

Por outro lado, dentro do espectro de atuação da empresa, Ricardo Rio notou que alguns produtos produzidos pela Edigma podem ser adaptados à própria utilização municipal. “Seja do ponto de vista concelhio, seja do ponto de vista dos serviços municipais, o aproveitamento desta tecnologia pode ser um excelente investimento a realizar no futuro próximo pela autarquia, tanto para aproximar os serviços da câmara dos cidadãos como para alargar o leque de informações que são disponibilizadas a todos aqueles que nos visitam”, acredita.

Por fim, Miguel Fonseca mostrou orgulho no facto da empresa ter crescimentos anuais que estão à volta dos 50 por cento e de empregar já cerca de 50 pessoas. “Temos um produto diferenciador, trabalhamos no mercado mundial e vendemos para cerca de 100 países. E isto consegue-se com pessoas de Braga, saídas da Universidade do Minho e com muita vontade de vencer no mercado mundial”, finalizou.



Director: José Silva Marques
Directora Adjunta: M. Adelaide Paiva

POVO LIVRE

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA Número 389 • 6 de Janeiro de 1982 • Preço 15400

Pinto Balsemão ao País

ESTAMOS EMPENHADOS NUMA CRUZADA NACIONAL CONTRA O ADIAMENTO E A DESORDEM

"1982 será um ano crucial para a consolidação do regime democrático. Ano da revisão da Constituição. Ano da conclusão das negociações com o Mercado Comum. Ano do arranque da regionalização. Ano da recuperação financeira e da regeneração económica de Portugal.

Antes de tudo o mais, 1982 será ano da revisão da Constituição, depois de um debate na Assembleia da República que é o local próprio em democracia para que e exprimam as opções políticas e ideológicas fundamentais dos representantes eleitos do povo português.

A Constituição actual foi feita em 1975 e 1976 e não corresponde à realidade portuguesa nos anos 80.

É por isso que a revisão assume importância excepcional, para o reforço das instituições que nos regem, para a subordinação das forças armadas ao poder político democrático, para o alargamento dos consensos económicos, sociais e políticos entre os portugueses e para que o governo possa governar em paz e cumprir o seu programa.

Há forças que se opõem pertinazmente à revisão da Constituição, que querem que tudo se mantenha como se ainda vives-

semos no período revolucionário que se seguiu à esperança forte do 25 de Abril.

Estes sectores minoritários, que são afinal os conservadores, tudo têm feito e tudo farão para impedir que a nossa lei fundamental mude, não hesitando, se tanto for necessário, em tudo politizar incluindo direitos legítimos dos cidadãos e dos trabalhadores, como a liberdade sindical ou o direito à greve, direitos que, por ironia do destino, são diariamente esmagados noutras latitudes, onde brilha o sol da ideologia que defendem.

Por isso surgem agora entrevistas, depoimentos, testemunhos

destinados a teorizar as razões que deveriam inviabilizar a revisão constitucional. Só que nós não o consentiremos, porque não é essa a vontade do povo português, nem de 2/3 dos deputados que o apresentam na Assembleia da República.

Todos sabemos porque é que o PCP e os seus aliados objectivos, e não só, não querem a revisão, porque é que temem o consenso de 2/3 feito sem a sua concordância, porque é que movem a sua influência, nas áreas civil e militares, acenando com ameaças ao governo e à maioria e defendendo a dissolução da Assembleia da República.

Profecias da desgraça

Os primeiros meses de 82 serão cenário para a luta política desesperada dos inimigos do processo, dos que querem que tudo fique na mesma; dos que não desejam perder poderes, dos adversários ferozes da revisão constitucional.

Mas o PCP e os seus aliados sabem que as instituições democráticas não se intimidam com as suas profecias da desgraça, nem abdicam de uma só parcela que seja do poder democrático que lhes cumpre exercer. O governo pela sua parte, e as autoridades e serviços que dele dependem, res-

ponderão à prova de força com uma determinação serena mas firme, sem hesitações nem cedências de qualquer ordem. Não estamos dispostos a ceder um milímetro que seja no exercício dos nossos direitos e deveres, que assumimos em consequência de duas eleições livremente realizadas. Asseguraremos que os trabalhos da Assembleia da República decorram em clima de tranquilidade e de segurança. E conservaremos tempo, serenidade e capacidade de trabalho para nos dedicarmos a outras tarefas igualmente prioritárias.

Continua na pág. 3

Frutuosas conversações de Balsemão em Espanha

A adesão de Portugal mantém-se para as datas previstas: formalização ainda este ano e consumação em 1983. Estas afirmações foram produzidas segunda-feira pelo presidente social-democrata e primeiro-ministro, Francisco Pinto Balsemão, após a sua estada em Espanha.

O chefe do Governo da AD negou estar a pensar em qualquer remodelação governamental e criticou a apreciação política que o Presidente da República fez à situação nacional, na sua mensagem de Ano Novo. Segundo o líder do nosso partido, há prioridades mais importantes, como a revisão constitucional, do

que as que apontou o general Ramalho Eanes.

Em Espanha, Pinto Balsemão teve encontros com o rei D. Juan Carlos, Francisco Ordóñez, o líder social-democrata espanhol e o seu homólogo Calvo Sotelo.

Das conversações travadas com o presidente do Governo espanhol, que ainda no primeiro semestre deste ano visitará Portugal, o Primeiro-Ministro ficou com a garantia de que a Espanha não vai reivindicar mais a criação de um comando unificado ibérico da Nato, após a sua adesão, e que, quanto à integração dos dois países na CEE, a Espanha não provocará dificuldades. Con-

cretamente, as autoridades do País vizinho não exigem a globalização da adesão ao Mercado Comum, porque os processos são diferentes, e vai respeitar a prioridade de Portugal.

Durante o almoço de trabalho com Calvo Sotelo, Francisco Pinto Balsemão abordou questões diversas como os problemas das centrais nucleares espanholas (como a de Sayago) matéria relativa a transportes e pontes de fronteira, e salientou o acordo alcançado quanto ao princípio de que o défice da nossa balança comercial com a Espanha não pode continuar a agravar-se. Nesse sentido, aliás, serão tomadas medidas em breve.



ENTREVISTA

Gonçalves Viana debate problemática das Pescas

(PÁG. 5)

Aos nossos assinantes

"QUE CADA MILITANTE SEJA ASSINANTE, COLABORADOR E PROPAGANDISTA DO "POVO LIVRE".

Francisco Pinto Balsemão
(discurso do IX Congresso do PSD)

Com a publicação do n.º 388 ficou concluído o 2.º semestre de 1981 para efeito de assinatura do nosso Jornal. Nestas condições, apelamos a todos aqueles que tenham as suas assinaturas a terminar no número 388 — bem como todos aqueles que não efectuaram a renovação para o corrente ano — para que, com a urgência possível, procedam à respectiva liquidação.

Não esqueçamos as palavras do nosso Presidente. Vamos todos dar esta indispensável colaboração ao "Povo Livre".

Assinar, colaborar e propagandear o "Povo Livre" é lutar pela Social-Democracia para Portugal.

"Povo Livre" agradece e retribui os votos de Boas-Festas formulados por leitores e amigos



Aquecimentos globais

João César das Neves (*)

O Inverno que agora acaba mostrou sintomas que os especialistas relacionam com a mudança climática. Um tornado na Póvoa, temporais mortais em S. Miguel, atraso na monção, temperaturas acima da escala no verão australiano mostram que o planeta sente um acréscimo da irregularidade meteorológica e alguns fenómenos invulgares.

Certos acontecimentos estranhos na recente dinâmica económica são análogos à evolução atmosférica. Os sintomas são diferentes na China e EUA, Brasil ou Portugal, mas todos sentem mais irregularidade produtiva e alguns fenómenos invulgares. Podemos dizer assim que se experimenta também um "aquecimento socioeconómico" mundial. Este paralelo ajuda a compreender ambos os fenómenos.

O primeiro elemento é que factos aparentemente distantes podem ser gerados por uma causa comum. No clima a explicação é evidente, mas também na economia muitos acontecimentos, que parecem desligados, estão relacionados numa dinâmica global que preannuncia um período de mudança e conflito. O impasse orçamental americano e o impasse eleitoral italiano, a recessão europeia e o arrefecimento das economias asiáticas, o agravamento na disparidade ente ricos e pobres e as múltiplas emergências orçamentais, são resultado de um quadro comum de transformação. Nos últimos 20 anos a globalização e abertura comercial de múltiplas zonas, junto com as profundas transformações da era da informação, mudaram a estrutura produtiva criando perturbações em diversas áreas e transformando o sistema que conhecíamos.

O segundo facto é que esta mutação é inevitável. Aqui foi a economia quem melhor percebeu que pouco havia a opor à globalização. No campo climático os repetidos avisos aflitivos de ambientalistas, recomendando soluções drásticas, mostram como muitos ainda têm a ilusão de se poder voltar atrás. Apesar disso, e de esforços dispendiosos, era evidente há muito que o mundo nunca conseguiria habituar-se a viver com menores níveis de energia e emissões. Assim, em vez de evitar mudanças climáticas, a humanidade terá de aprender a suportá-las.

O terceiro aspecto é que, em ambos os casos, a mudança não é o fim do mundo. Trata-se de transformações dolorosas, difíceis, exigentes mas, como todas as evoluções, com vantagens e inconvenientes. Se os desertos avançam em certas zonas, outras melhoram a fertilidade. Algumas ilhas e costas ficam submersas enquanto áreas geladas passam a habitáveis. O mesmo processo vê-se no campo económico. A concorrência dos mercados emergentes gera reestruturações produtivas e tensões sociais na Europa e América do Norte. Essas dificuldades vêm a par da maior redução de pobreza da história do mundo, no Extremo Oriente e África, que vivem a sua melhor época nos últimos séculos.

Nunca se deve subestimar o enorme sofrimento causado por ajustamentos desta dimensão na economia e clima. Adaptações sectoriais e empresariais, acompanhadas por falências e despedimentos, movimentos de populações, dívidas e rupturas são dramas bem reais, e por isso tanta gente ainda tenta evitar a evolução. As sociedades terão de alterar estruturas e costumes seculares, defender-se de perigos inesperados, conceber novas formas de trabalho e enfrentar climas diferentes. O facto de os dois "aquecimentos" virem em simultâneo ainda agrava mais os inconvenientes.

Seja nas formas produtivas e tecnológicas, nas culturas agrícolas ou nos hábitos de vida, vêm aí tempos novos que exigem respostas originais. Esta é uma evolução que a humanidade fez já muitas vezes ao longo da sua história, em geral em condições muito mais difíceis. Cabe à nossa geração vencer este novo desafio.

O mais importante é ser capaz de ajustar o essencial, manter o importante e adaptar o acessório. Em particular é urgente apoiar os mais afectados, defendendo e reafirmando a democracia e direitos humanos, que estão já a ser contestados por muitos no meio das pressões que se começam a sentir. As tentações de violência serão fortíssimas. Se cair nelas, o globo fica, não mais quente, mas carbonizado.

(*) Professor universitário, naohaalmocosgratis@ucp.pt ©DN



E tu em que comentador votas?

Ferreira Fernandes (*)

Tornou-se o coroar de progressão na carreira de um político: militante, deputado, ministro e, enfim, comentador político televisivo! Três ex-líderes do PSD, um do PS e um do BE acabam de se juntar a um outro ex-líder social-democrata - o professor Marcelo, o indestronável Ferguson do comentário -, num vendaval de contratações. Antigamente a glória era chegar a comendador; agora, a comentador. Passa-se de uma consonante sonora (d) para uma surda (t), o que para quem se quer fazer ouvir me parece despromoção. Acresce que nisto de juntar política e televisão não se pode ficar a meio caminho. Como um dia disse Emídio Rangel, uma televisão pode vender um Presidente. Disse "uma televisão", não "um comentário televisivo". Ponham os olhos em Berlusconi que para chegar lá comprou a emissora, o que não o fez uma respeitada "Sua Eminenza", fê-lo uma poderosa "Sua Emitenza"... Já critiquei a moda pela minha óptica de consumidor: a actual política informativa das Tvs com um político comentador político - dar altifalante a alguém que faz de conta que comenta de fora, quando é parte interessadíssima - é uma fraude (e ainda por cima com a caução de um jornalista/virador, que só está no palco para mudar as páginas da partitura do artista.) Volto à crítica, por generosidade para com comentadores: se a intenção é política (e é), não é só perda de tempo, é despromoção. O político é aquele que ganha a outro. A falar sozinho não vai lá.

(*) Jornalista ©DN





Novas ideias empresariais

Jaime Quesado (*)

A aposta em novas ideias empresariais constitui um compromisso de mudança. Tem que assentar numa verdadeira dimensão colaborativa de mobilização dos “Actores da Mudança” (Empresários, Académicos, Empreendedores) para uma acção de base colectiva de reinvenção estratégica da base competitiva nacional. Trata-se dum contributo que se pretende possa ter efeitos de alavancagem na percepção da necessidade de reinventar a Economia Nacional. Pretende-se consolidar uma ideia de marca, solidificar as bases de um projecto, protagonizar novas soluções com novas respostas para questões que teimam em ser as mesmas de há muito tempo a esta parte. As Novas Ideias Empresariais são a nova resposta para as perguntas que hoje existem na sociedade portuguesa.

Quando em 1994 Michael Porter elaborou o célebre Relatório, encomendado pelo Governo Português de então, o diagnóstico sobre o que fazer e as áreas estratégicas de acção ficaram clarificadas. Dezassete anos depois, pouco foi feito, a situação competitiva degradou-se em termos globais e Portugal mais do que nunca tem pela frente a batalha da mudança estrutural. Assumidas as prioridades dum “Novo Paradigma” de Desenvolvimento para o país, a aposta numa “Agenda de Mudança” torna-se prioritária. Ou seja. Torna-se um imperativo nacional mobilizar um Contrato de Confiança para o Futuro, centrado em novas ideias e novas soluções para as quais toda a Sociedade Civil dê um contributo activo.

É importante por isso perceber que a aposta nos Factores Dinâmicos de Competitividade, numa lógica territorialmente equilibrada e com opções estratégicas claramente assumidas, é um contributo central para a correcção das graves assimetrias sociais e regionais que se têm acentuado. Falta por isso em Portugal um verdadeiro Choque Operacional capaz de produzir efeitos sistémicos ao nível do funcionamento das organizações empresariais. O “novo paradigma” da Economia Portuguesa radica nesse sentido na capacidade de os resultados potenciados pela inovação e conhecimento serem capazes de induzir novas formas de integração social e territorial capazes de sustentar um equilíbrio global do sistema nacional. É sobre esse desígnio que as Novas Ideias Empresariais se propõem estabelecer um Novo Contrato de Confiança, dinamizar um Novo Projecto, promover uma Nova Marca.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



Combate ao desemprego: o maior desígnio nacional

Miguel Relvas (*)

O combate ao desemprego dos jovens tem de ser um desígnio nacional. Esta é uma tarefa que deve mobilizar as empresas e os investidores, as organizações sindicais, as associações profissionais e os próprios jovens.

Para podermos ter um futuro como comunidade, as novas gerações precisam de encontrar trabalho digno. O Estado tem a obrigação de pensar em soluções práticas de criação de emprego que permitam dar esperança a todos os portugueses.

Há seis meses que está no terreno o Plano Estratégico Impulso Jovem, com o objectivo de atacar a elevada taxa de desemprego, que se manifesta de maneira particularmente grave entre os jovens.

Resultado da falta de crescimento e do excesso de endividamento do País, o desemprego é a maior preocupação do Governo. Devido ao agravamento deste flagelo social, decidimos melhorar o programa Impulso Jovem, integrando a Região de Lisboa. Foi também diminuído o prazo de inscrição e aumentada a duração do estágio para 12 meses. Permitiu-se a todas as autarquias do País o acesso ao programa. O nosso objectivo foi o de tornar o Impulso Jovem mais ambicioso e eficaz.

Esta estratégia está a resultar, pois já 10 000 jovens encontraram trabalho no âmbito deste programa. Os resultados continuam a melhorar, tendo os números duplicado em apenas 2 meses.

Mas queremos mais. O desemprego afecta a alma da sociedade e tem impacto terrível nas famílias. O Governo não conseguirá vencer a batalha sozinho.

É preciso envolver entidades públicas, empresas, organizações sindicais e movimentos de juventude. Nesse sentido, tenho assinado um conjunto relevante de protocolos com as mais diversas instituições, desde os Parceiros Sociais às federações juvenis e ordens profissionais, passando pela área da economia social. O Impulso Jovem vai estar cada vez mais próximo dos jovens e das empresas.

Também as empresas precisam de ganhar a consciência de que há muitos jovens com excelente formação à procura de emprego. A nossa economia terá de se modernizar, adquirindo competências diferentes, mas isso só se consegue através de trabalhadores com ideias novas. Queremos facilitar essa união virtuosa: por um lado, empresas com ambição; por outro lado, mão-de-obra qualificada. O Impulso Jovem é o instrumento que permite a jovens e a empresas encontrar em conjunto o seu futuro.

(*) Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Abrantes, para reunir no próximo dia 05 de Abril de 2013 (sexta-feira) pelas 21h00, na sede sita na Rua de S. Pedro, nº 22 – 1º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Aprovar o orçamento e as contas da CPS relativas ao ano de 2012
- 2 – Análise da situação política

ALANDROAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da secção de Alandroal, para reunir no próximo dia 21 de Abril de 2013 (sábado) pelas 14h00, na sede Inforlucefecit, sita na Rua Direita em Terena, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1.- Análise da situação política local, regional e nacional
- 2 – Eleições autárquicas 2013
- 3 – Apresentação e votação das contas da secção do ano de 2012
- 4 – Apresentação e votação do orçamento da secção para o ano de 2013
- 5 – Outros assuntos

BRUXELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento das Estruturas das Comunidades, convoca-se a Assembleia de Secção de Bruxelas para reunir no próximo dia 06 de Maio (segunda-feira) pelas 19h00 na sede do Partido Popular Europeu, sita na Rue du Commerce, nº 10 – Bruxelas, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia de Secção
 - 2 – Aprovação das contas de 2011 e 2012
 - 3 - Debate sobre a situação política nacional
 - 4 - Diversos
- Notas
- As listas candidatas devem ser apresentadas até ao dia 03 de Maio de 2013, junto da mesa da Assembleia por email para psdbruxelles@hotmail.com
 - A capacidade eleitoral será concedida aos militantes com as quotas de 2013 em dia, o seu pagamento deverá ser efectuado (mínimo 30€) para a conta do PSD 853-8741557-46
 - As urnas estão abertas das 19h00 às 21h00

FÁTIMA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Fátima, para reunir no próximo dia 13 de Abril de 2013 (sábado) pelas 21h00, na sede do Núcleo, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- Ponto único – Autárquicas 2013.

ODIVELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Odivelas para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 04 de Abril de 2013 (quinta-feira) pelas 21h00, na Casa da Cultura da Póvoa de Santo Adrião, sita na Rua Mestre de Avis, Póvoa de Santo Adrião, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Análise da situação política nacional
- 2 - Eleições autárquicas

QUARTEIRA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo da Quarteira para reunir no próximo dia 06 de Abril de 2013 (sábado) pelas 14h00, no Centro Autárquico de Quarteira, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1.- Discussão sobre a situação política local;
- 2.- Propostas dos militantes para a campanha autárquica;

RIO DE MOINHOS / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia do Núcleo de Rio de Moinhos para reunir no próximo dia 06 de Abril de 2013 (sábado) pelas 15h00, na sede da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- Ponto único - Eleições Autárquicas 2013 – ponto da situação e perspectivas



CONSELHO REGIONAL DE LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Regional da JSD de Leiria, para reunir no próximo dia 5 de Abril (sexta-feira), pelas 21h30, na Sede do PSD das Caldas da Rainha, Praça 5 Outubro, Nº18, Rch,2500-111 Caldas da Rainha, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Balanço de 1 ano de Mandato;
- 2- Próximas actividades;
- 3- Eleições autárquicas;
- 4- Outros assuntos.

BARCELOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário concelhio da JSD secção de Barcelos, para reunir no próximo dia 27 de Abril de 2013 (sábado), pelas 21h30, na sede concelhia do PSD Barcelos, sita na Avenida Alcaldes Faria, n.º226, 1.º Dto., Barcelos, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto 1: Informações da Comissão Política de Secção;
Ponto 2: Análise da situação política local e nacional;
Ponto 3: Outros assuntos de interesse para a JSD.

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convocam-se os militantes da Concelhia da Maia para reunirem em Assembleia de Secção, no próximo dia 26 de Abril de 2013 (sexta-feira), pelas 21h30, na sede do PSD Maia, sita na Rua Engº Duarte Pacheco, 987, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Análise da Situação Política;

2) Outros Assuntos.

OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Ao abrigo do artigo 70º dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco os militantes da JSD de Oliveira de Azeméis, para reunirem em Plenário, na Sede Concelhia da JSD de Oliveira de Azeméis, sita na Rua Soares de Basto, n.º 150 – A, em Oliveira de Azeméis, no dia 7 de Abril de 2013, pelas 15 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política nacional, distrital e local;
- 2 – A política, agenda e a estratégia da JSD de Oliveira de Azeméis para as Autárquicas 2013;
- 3 – Outros Assuntos.

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convoco o Plenário Concelhio da JSD Torres Vedras para o dia 13 de Abril de 2013, pelas 16 horas, na sede do PSD Torres Vedras, sita na Rua 9 de Abril, nº1-3º, em Torres Vedras, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Autárquicas 2013;
- 2- Outros assuntos.

ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos Estatutos da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD da Secção de Arcos de Valdevez, para reunir no próximo dia 27 de Abril de 2013, pelas 14h00, na Sede do PSD, sito no Centro Comercial Norte Vez (Cave), com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas das 14h00m às 16 horas.

CONSELHO REGIONAL DE CASTELO BRANCO

Nos termos dos Estatutos da JSD e Regulamento dos Conselhos Regionais, convoca-se o Conselho Regional da JSD de Castelo Branco, para reunir no próximo dia 6 de Abril, pelas 15h na sede do PSD Distrital, Rua do Pina, n.º6 em Castelo Branco, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Aprovação do Calendário e Regulamento de publicação do Congresso Regional da JSD de Castelo Branco.

NESD / FAC.

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário dos Estudantes Sociais-democratas da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa para reunir no dia 29 de Abril de 2013, (segunda-feira) pelas 14h na referida Instituição de Ensino Superior, sita na Alameda da Universidade, 1649-013, Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa do Plenário do NESD,
- 2 - Eleição da Direcção do NESD.

Notas

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede Distrital do PSD, sita na Praça São João Bosco, n.º 3 B.

As urnas estão abertas das 14 horas às 16 horas.